

ACTA
da
Reunião de negociação com o
Sindicato dos Oficiais de Justiça



Acta n.º 19

No dia 27 de Outubro de 2010, pelas 19h00, compareceram no Salão Nobre do Ministério da Justiça os Senhores Presidente da Direcção e Presidente da Assembleia-Geral do Sindicato dos Oficiais de Justiça (SOJ) e, em representação do Ministério da Justiça, os Senhores Secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária (SEJMJ) e Chefe do Gabinete do Senhor Ministro da Justiça (MJ) e as Senhoras Adjuntas dos Gabinetes MJ e SEJMJ, a fim de se proceder a reunião de conclusão da negociação, nos termos da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio, do projecto de Decreto-Lei que extingue o subsistema de saúde dos serviços sociais do Ministério da Justiça, transferindo-o para a ADSE.

O Senhor SEJMJ iniciou a reunião pelas 19h45. O SOJ informou que integra a Frente Sindical da Administração Pública (FESAP) e, como tal, mantém a posição defendida por esta, tendo solicitado que, nos termos e para os efeitos da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio, seja transmitida a posição final do MJ para se averiguar da pretensão de se requerer ou não a realização de uma negociação suplementar. O Senhor SEJMJ sublinhou terem sido reforçados os mecanismos necessários para acautelar a continuidade dos tratamentos.

Abordou-se de seguida as preocupações do SOJ transmitidas nos termos do documento que fundamenta a posição do sindicato, remetido à consideração do Senhor MJ em 20-10-2010 (N/Ent.º 13876, de 21-10-2010), que se junta em anexo à presente acta e nos termos do qual o SOJ defendeu:

- a) Aceitar o disposto no n.º 2 do artigo 3.º desde que ressalvada a não aplicabilidade do disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de Agosto, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 234/2005, de 30 de Dezembro, aos familiares de beneficiários, a fim de se salvaguardar os direitos dos familiares que, encontrando-se numa situação difícil do ponto de vista clínico, em particular os que padecem de doenças crónicas, possam continuar a beneficiar de um sistema relativamente melhor do que aquele de que dispõem, sobretudo atento o facto de o estatuto dos oficiais de justiça não permitir muitas vezes o acompanhamento familiar na doença;
- b) Rejeitar o disposto no n.º 5 do artigo 3.º, por ser inadmissível que a ADSE reveja e fiscalize actos que já foram fiscalizados pelo MJ;
- c) Aceitar o disposto no n.º 3 do artigo 7.º desde que alterado o prazo referente à conclusão dos tratamentos em curso de 30 para 90 dias, contados da data de entrada em vigor do diploma, por nenhum tratamento poder ser concluído em prazo inferior a este;
- d) Aceitar o disposto no n.º 2 do artigo 9.º desde que aditado um novo n.º 3 que salvasse que serão mantidas todas as situações de apoio no âmbito do subsídio parental referido no n.º 2 e que se encontrem registadas nos serviços do MJ até à data da entrada em vigor, excepto se ocorrer uma das situações previstas no despacho de 5 de Setembro de 1974 que os criou, pretendendo-se assim salvaguardar as legítimas expectativas dos beneficiários que se candidataram a um apoio que seria até aos 7 anos de idade do descendente;
- e) Aceitar as demais disposições do projecto.

O Senhor SEJMJ esclareceu as questões à luz da nova versão do projecto redigida na sequência das diversas preocupações apresentadas e sublinhou que a recondução dos beneficiários dos serviços sociais do MJ ao regime de acção social complementar dos trabalhadores da administração directa e indirecta do Estado previsto no Decreto-Lei n.º 122/2007, de 27 de Abril, e regulamentado em particular pelas Portarias n.º 1486/2008 (aprova o regulamento do subsídio de estudos), n.º 1487/2008 (aprova o regulamento do subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar) e n.º 1488/2008 (regula a concessão de apoio socioeconómico aos beneficiários em situações socialmente gravosas e urgentes pelos Serviços Sociais da Administração Pública), todas de 19 de Dezembro, assegurará a atribuição dos demais subsídios existentes a que os funcionários poderão candidatar-se. Salientou ainda a preocupação do Governo de se prever expressamente no artigo 9.º do projecto a integração da acção social complementar da Justiça nos Serviços Sociais da Administração Pública e a respectiva subordinação ao regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 122/2007, de 27 de Abril, e legislação complementar, bem como a substituição do subsídio parental instituído em 1974 pelas prestações sociais atribuídas no âmbito dos SSAP.

O SOJ transmitiu o seu acordo ao projecto desde que salvaguardado o interesse de todos os beneficiários e declarou aceitar a nova redacção dada ao n.º 5 do artigo 3.º, que rejeitava na versão anterior, prescindindo de requerer a realização de reunião de negociação suplementar.

Encerrada a negociação nos termos e para os efeitos da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio, do projecto de diploma de transferência do subsistema de saúde para a ADSE, procedeu-se de seguida à discussão das normas da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011 (PLOE/2011) com particular relevância em matéria remuneratória, tendo o SOJ confirmado que subscreve a posição da FESAP e apresentou diversas questões conexas, relacionadas nomeadamente:

- a) Com a possibilidade de o SOJ receber os relatórios do Fundo para a Modernização da Justiça e de o mesmo passar a ser acompanhado pelas estruturas sindicais, ao que o Senhor SEJMJ esclareceu que o mesmo ainda não se encontra constituído dado que o procedimento legislativo do projecto de decreto-lei que o cria se encontra a decorrer;
- b) Com a situação de alguns funcionários que mudaram de escalão em Janeiro de 2010, progrediram na carreira e ainda não viram o vencimento actualizado em conformidade com essa mudança devido a um problema da aplicação informática, ao que o Senhor SEJMJ confirmou ter o Gabinete do Senhor MJ solicitado informação urgente à DGAJ.

A reunião terminou pelas 20h55.

Feito, rubricado e assinado em duplicado, destinando-se um exemplar a cada um dos signatários.

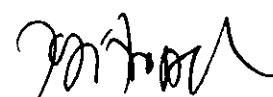
Anexo: 1.

Em 27 de Outubro de 2010,

Pelo Sindicato
dos Oficiais de Justiça,
O Presidente da Direcção,

Carlos Almeida

Pelo Ministério da Justiça,
O Secretário de Estado da Justiça e
da Modernização Judiciária,



José Magalhães